



## RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

A Administração da **Enerpeixe S.A.**, em conformidade com as disposições legais e estatutárias, submete à apreciação de V.Sas., as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011. A evolução das operações e os principais fatos ocorridos neste exercício, além da situação econômico-financeira da Companhia, poderão ser examinados através do Balanço Patrimonial, das Demonstrações do Resultado do Exercício, das Mutações do Patrimônio Líquido, dos Fluxos de Caixa, do Valor Adicionado e das Notas Explicativas, acompanhadas do Parecer dos Auditores Independentes. A Enerpeixe, consciente de sua responsabilidade sócio ambiental, em 2011 deu continuidade aos seus projetos sociais nas áreas de educação, esporte, assistência social, os quais contribuíram

## BALANÇOS PATRIMONIAIS

(Em milhares de reais)

	Nota	31/12/2011	31/12/2010 Reclassificado
<b>Ativo</b>			
<b>Circulante</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	3	155.114	70.294
Concessionárias	4	48.093	45.881
Impostos e contribuições sociais	5	2.460	38
Cauções e depósitos vinculados	9	45.269	58.194
Despesas pagas antecipadamente		394	413
Outros créditos	10	5.820	3.299
		<b>257.150</b>	<b>178.119</b>
<b>Não circulante</b>			
<b>Realizável a longo prazo</b>			
Impostos e contribuições sociais diferidos	6	72.176	67.551
		<b>72.176</b>	<b>67.551</b>
<b>Imobilizado</b>	11	1.663.807	1.703.413
<b>Intangível</b>	12	126.079	131.610
		<b>1.789.886</b>	<b>1.835.023</b>
<b>Total do ativo</b>		<b>2.119.212</b>	<b>2.080.693</b>

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO  
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010

(Em milhares de reais)

	Capital social	Reservas de capital	Reservas de lucros	Lucros acumulados	Total
<b>Saldos em 1º de janeiro de 2010</b>	<b>882.628</b>	<b>18.546</b>	<b>249.007</b>	<b>(45.934)</b>	<b>1.104.247</b>
Lucro líquido do exercício				118.302	118.302
Destinação do lucro					
Constituição de reserva legal			3.618	(3.618)	
Reserva de retenção de lucros			24.272	(24.272)	
Reserva de incentivo fiscal (ADA)			24.478	(24.478)	
Dividendos propostos				(20.000)	(20.000)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2010</b>	<b>882.628</b>	<b>18.546</b>	<b>301.375</b>	<b>1.202.549</b>	<b>1.622.503</b>
Lucro líquido do exercício				162.703	162.703
Destinação do lucro					
Constituição de reserva legal			8.135	(8.135)	
Reserva de retenção de lucros			75.519	(75.519)	
Reserva de incentivo fiscal (ADA)			27.049	(27.049)	
Dividendos intermediários (JSCP)				(52.000)	(52.000)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2011</b>	<b>882.628</b>	<b>18.546</b>	<b>412.079</b>	<b>1.313.253</b>	<b>1.313.253</b>

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

**1. Contexto operacional**  
Constituída em 2 de maio de 2001, a Enerpeixe S.A. ("Companhia" ou "Enerpeixe"), sociedade anônima de capital fechado, com sede no município de São Paulo, tem por objetivo a exploração da Usina Hidrelétrica Peixe Angical, localizada no Rio Tocantins nos municípios de Peixe e São Salvador, Estado do Tocantins, e do Sistema de Transmissão Associado, nos termos do Contrato de Concessão de Uso do Bem Público ANEEL nº 130/2001.  
Conforme a Portaria nº 11 do Ministério das Minas e Energia de 19 de maio de 2011, a Usina passou de 452 MW de potência instalada para 498 MW e sua energia assegurada alterada de 271 MW para 274 MW.  
A energia elétrica produzida pela UHE Peixe Angical é comercializada pela Companhia na condição de "Produtor Independente", nos termos estabelecidos pelo contrato de concessão.  
O prazo de duração do contrato de concessão é de 35 anos contados a partir da data de sua assinatura, ocorrida em 7 de novembro de 2001. O prazo da concessão poderá ser prorrogado com base nos relatórios técnicos específicos preparados pela fiscalização da ANEEL, nas condições que forem estabelecidas, a critério da ANEEL, mediante requerimento das Concessionárias, desde que a exploração do Aproveitamento Hidrelétrico esteja nas condições estabelecidas no contrato, na legislação do setor, e atenda os interesses dos consumidores. O requerimento de prorrogação deverá ser apresentado até 36 (trinta e seis) meses antes do término do prazo do Contrato, acompanhado dos comprovantes de regularidade e adimplimento das obrigações fiscais, previdenciárias, e dos compromissos e encargos assumidos com os órgãos da Administração Pública, referentes à exploração de energia elétrica.  
No caso da energia gerada ser inferior à energia assegurada e potência contratada e/ou utilizada, a Companhia terá que ressarcir os demais agentes, que operem na modalidade integrada, pela parcela de energia e potência que completam os valores contratados e/ou utilizados, de acordo com a legislação, critérios e regras do GCOI (Grupo de Controle, Otimização e Inteligência Computacional Aplicados a Sistemas de Energia Elétrica) em vigor, mediante tarifas definidas pela ANEEL.  
A qualquer tempo, para atender o interesse público e na forma da legislação em vigor, o Poder Judiciário pode declarar a encampação, mediante indenização prévia, dos bens ainda não depreciados, que tenham sido realizados pelas Concessionárias. A determinação do valor da indenização será realizada por auditoria do Poder Concedente. Caso ocorra a declaração de caducidade da concessão, o Poder Concedente indenizará os investimentos realizados pelas Concessionárias durante a vigência do Contrato, ainda não amortizados ou depreciados, desde que tenham sido aprovados, deduzidos os valores das penalidades e dos danos porventura decorrentes do fato motivador da caducidade.

**2. Base de preparação e práticas contábeis**  
**2.1 Base de preparação**  
**2.1.1 Declaração de conformidade**  
As demonstrações financeiras da Companhia, estão preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em observância às disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, e incorporam as mudanças introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e 11.941/09, complementadas pelos novos pronunciamentos, interpretações e orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados por resoluções do Conselho Federal de Contabilidade - CFC e deliberações da Comissão de Valores Mobiliários - CVM e estão em conformidade com as *International Financial Reporting Standards - IFRS*, emitidos pelo *International Accounting Standards Board - IASB* e legislação específica emanada pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, quando esta não for conflitante com as práticas contábeis adotadas no Brasil e/ou com as práticas contábeis internacionais.  
A Administração da Companhia autorizou a conclusão das demonstrações financeiras em 24 de fevereiro de 2012.  
A Companhia não possui outros resultados abrangentes, razão pela qual não está apresentando a demonstração relativa a este resultado.  
**2.1.2 Base de mensuração**  
As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos, conforme descrito no resumo das principais práticas contábeis.  
**2.1.3 Moeda funcional e moeda de apresentação**  
As demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.  
**2.2 Resumo das principais práticas contábeis**  
As práticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras.  
**a) Caixa e equivalentes de caixa (Nota 3)**  
Caixa e equivalentes de caixa incluem depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo com liquidez imediata, prontamente convertíveis em dinheiro, cujo custo não pode ser retirado, sem risco de variação no valor de mercado, sendo demonstrado ao custo acrescido de juros auferidos até a data do balanço.  
**b) Concessionárias (Nota 4)**  
Representadas, basicamente, por contratos bilaterais de venda de energia, incluindo também os contratos resultantes de participação em Leilões no ambiente regulado, os valores a receber relativos à energia comercializada no mercado de curto prazo na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - COE, e os valores do Mecanismo de Realocação de Energia - MRE, resultantes do Contrato de Operador Nacional de Sistema - ONS por melhor gestão dos recursos hídricos.  
**c) Imobilizado (Nota 11)**  
São contabilizados pelo custo de aquisição acrescidos de impostos não recuperáveis sobre a compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis para colocar o ativo no local e condição necessárias para o mesmo ser capaz de funcionar da forma pretendida pela Administração e deduzidos da depreciação acumulada. Também fazem parte do custo do imobilizado os encargos financeiros relativos aos empréstimos e financiamentos obtidos de terceiros, capitalizados sobre os ativos enquanto em construção.  
A base para o cálculo da depreciação é o valor depreciável (custo menos valor residual) do ativo. A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear de acordo com as vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. Atualmente as taxas de depreciação estabelecidas pela ANEEL para os ativos de usinas hidrelétricas (tabela anexa à Resolução Normativa ANEEL nº 367, de 02 de junho de 2009) refletem a vida útil dos ativos e são as utilizadas pela Companhia para a depreciação dos seus ativos imobilizados. O valor residual é o saldo remanescente do ativo ao final da concessão, pois conforme estabelecido em contrato assinado entre a Companhia e a União, ao final da concessão os ativos serão revertidos para a União e a mesma indenizará a Companhia pelos ativos ainda não totalmente depreciados. Os métodos de depreciação e os valores residuais são revisados a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudanças de estimativas contábeis.  
**d) Ativos de infraestrutura vinculados à concessão**  
De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto nº 41.019, de 26 de fevereiro de 1957, os ativos de infraestrutura utilizados na geração são vinculados a esses serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador.  
A Resolução ANEEL nº 20, de 3 de fevereiro de 1999, regulamenta a desvinculação de bens das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica, concedendo autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à alienação, determinando que o produto da alienação seja depositado em conta bancária vinculada, para aplicação de concessão.  
**e) Intangível (Nota 12)**  
Os ativos intangíveis compreendem os gastos na implementação de softwares, desenvolvimento de projetos, faixas de servidão e o direito de concessão - uso do bem público. Os seguintes critérios são aplicados:  
• Softwares: são mensurados pelo custo total de aquisição, menos as despesas de amortização.  
• Desenvolvimento de projetos: são reconhecidos como ativos apenas na fase de desenvolvimento desde que cumpram com os requisitos definidos no CPC 04 (R1).  
• Faixas de servidão permanente: estão registradas pelo custo de aquisição.  
O direito de concessão - uso do bem público: refere-se ao direito de exploração do aproveitamento hidrelétrico e sistema de transmissão associado à UHE. É constituído pelo valor justo do direito relacionado com o uso do bem público até o final do contrato de concessão e amortizado pelo prazo de contrato de concessão.  
A amortização é calculada sobre o valor do ativo, sendo esta reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de ativos intangíveis, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.  
**f) Licenças ambientais (Notas 12 e 18)**  
As licenças prévias e de instalação, obtidas na fase do planejamento do empreendimento e na instalação do mesmo, consecutivamente, são reconhecidas como custo da usina, mais especificamente como custo das barragens, conforme manual de contabilidade da ANEEL e depreciadas pela vida útil dessas barragens. Já as licenças de operação, obtidas após a entrada em operação dos empreendimentos, caso os custos ambientais associados à obtenção dessas licenças sejam pagos antes da obtenção efetiva da licença, o valor desembolsado é registrado no ativo intangível - licenças de operação e amortizado pelo prazo da vigência da licença. Se a licença for obtida antes dos desembolsos, no momento inicial da vigência da licença o custo estimado desses desembolsos é provisionado e registrado como ativo intangível: Licenças de operação são amortizadas pelo prazo de vigência da licença.  
**g) Redução ao valor recuperável**  
**Ativo Financeiro**  
São avaliados ao final de cada exercício quanto a sua recuperabilidade. São considerados ativos recuperáveis quando há evidências de que os mais eventos tenham ocorrido após o reconhecimento inicial do ativo financeiro e que eventualmente tenha resultado em efeitos negativos no lucro estimado de caixa futuro do investimento.  
**Ativo não Financeiro**  
A Administração da Companhia revisa anualmente o valor contábil líquido do imobilizado e ativos intangíveis, para identificar se houve evidências de perdas não recuperáveis ou que ocorreram eventos ou alterações nas circunstâncias que indicassem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.  
Os ativos intangíveis com vida útil indefinida têm a recuperação do seu valor testada anualmente, independentemente de haver indicações de perda de valor, quando aplicável.  
**h) Demais ativos circulante e não circulante**  
São demonstrados aos valores de custo ou realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos auferidos até a data do balanço.  
**i) Fornecedores (Nota 13)**  
Inclui, principalmente, os saldos a pagar aos fornecedores de materiais, serviços, de energia

para o desenvolvimento pessoal, físico, social e cultural de crianças e adolescentes nas áreas de influência da usina e no aspecto ambiental apoiou iniciativas de estudos e conservação do patrimônio natural, dando grande relevância para o manejo dos recursos naturais dentro da sua área de atuação.

Na contínua procura da excelência a Enerpeixe no ano de 2011 foi certificada no seu processo de operação e manutenção. A ISO NBR 14001 na valorização do seu contingente de colaboradores a OSHAS 18001 - Gestão da Saúde e Segurança do Trabalho, com creditações na UKAS (Europa), ANAB (Estados Unidos) e, INMETRO (Brasil) e na ISO 9001 - Gerenciamento, Operação e Manutenção com o

escopo de que todos os processos sejam padronizados dentro dos requisitos de qualidade total, atingindo seu objetivo de ter um Sistema de Gestão Integrada da Sustentabilidade - SGIS.

A Administração da Enerpeixe S.A. registra aos seus acionistas e membros do Conselho de Administração um especial agradecimento pelo apoio e confiança. Aos colaboradores, funcionários e prestadores de serviços expressamos nosso reconhecimento por sua dedicação e empenho estendendo também nosso reconhecimento aos clientes, fornecedores, comunidade, poderes constituídos e demais parceiros por suas contribuições.

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS  
DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais)

	Nota	2011	2010 Reclassificado
<b>Recitas</b>	22	<b>357.914</b>	<b>329.570</b>
<b>Custo do serviço de energia elétrica</b>			
<b>Custo com energia elétrica</b>			
Energia elétrica comprada para revenda		(983)	(5.112)
Encargos de uso da rede elétrica	(29.134)	(26.515)	(26.515)
	23	(30.117)	(31.627)
<b>Custo de operação</b>			
Pessoal		(1.591)	(1.614)
Materiais e serviços de terceiros		(11.855)	(10.855)
Depreciações e amortizações		(48.560)	(48.371)
Outros custos de operação		(1.930)	(1.480)
	23	(63.976)	(62.320)
<b>Custo total</b>		<b>(64.093)</b>	<b>(63.872)</b>
<b>Lucro bruto</b>		<b>263.821</b>	<b>235.623</b>
<b>Despesas e receitas operacionais</b>			
Despesas com vendas		(836)	(836)
Despesas gerais e administrativas		(7.255)	(6.896)
Depreciações e amortizações		(230)	(237)
Outras despesas e receitas operacionais		(13.550)	(12.243)
	23	(20.990)	(20.212)
<b>Resultado antes do resultado financeiro e tributos</b>		<b>242.831</b>	<b>215.411</b>
Recitas financeiras		16.421	8.359
Despesas financeiras		(80.255)	(92.231)
<b>Resultado financeiro</b>		<b>(63.834)</b>	<b>(83.872)</b>
<b>Resultado antes dos tributos sobre o lucro</b>		<b>178.997</b>	<b>131.539</b>
Imposto de renda e contribuição social correntes	25	(49.007)	(44.377)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	6	5.664	6.522
Imposto de Renda - Incentivo ADA	20.3.2	27.049	24.478
<b>Resultado líquido do exercício</b>		<b>162.703</b>	<b>118.302</b>
<b>Resultado básico e diluído por lote de mil ações - R\$</b>		<b>195,26</b>	<b>141,98</b>

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA  
DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais)

	2011	2010 Reclassificado
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>		
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	178.997	131.539
Depreciações e amortizações	48.790	48.608
Apropriação dos encargos e atualizações monetárias	53.037	64.611
Valor residual de bens e direitos do ativo permanente baixados		29
Despesas pagas antecipadamente	454	496
Uso de bem público	26.012	31.171
Provisão (reversão) e atualização monetária para contingências cíveis, fiscais e trabalhistas		580
Licenças ambientais	153	2.956
	<b>308.023</b>	<b>279.410</b>
(Aumento) diminuição de ativos		
Consumidores e concessionárias	(2.212)	(119)
Impostos e contribuições sociais compensáveis	(2.074)	(2.671)
Cauções e depósitos vinculados	12.925	(2.689)
Despesas pagas antecipadamente	(435)	(413)
Outros ativos operacionais	(2.521)	(1.244)
	<b>9.831</b>	<b>(7.136)</b>
Aumento (diminuição) de passivos		
Fornecedores	(1.685)	(83)
Encargos regulatórios e setoriais	1.939	(1.235)
Outros tributos e contribuições sociais	(2.879)	(1.507)
Obrigações estimadas com pessoal	23	(55)
Uso do bem público	(14.816)	(12.482)
Provisões	(2.118)	(3.212)
Outras obrigações		(456)
	<b>(19.536)</b>	<b>(19.030)</b>
<b>Caixa proveniente das atividades operacionais</b>	<b>298.318</b>	<b>253.244</b>
Imposto de renda e contribuição social pagos	(23.374)	(15.034)
<b>Caixa líquido proveniente das atividades operacionais</b>	<b>274.944</b>	<b>238.210</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de investimento</b>		
Adições ao imobilizado e ao intangível	(5.727)	(12.950)
<b>Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento</b>	<b>(5.727)</b>	<b>(12.950)</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de financiamento</b>		
Dividendos pagos	(17.000)	(20.020)
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas pagas	(167.397)	(178.972)
<b>Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento</b>	<b>(184.397)</b>	<b>(198.992)</b>
<b>Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>84.820</b>	<b>26.268</b>
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	155.114	70.294
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		44.266
	<b>84.820</b>	<b>26.268</b>

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO  
DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Valores expressos em milhares de reais)

	2011	2010
<b>Geração do valor adicionado</b>	<b>398.340</b>	<b>366.794</b>
Recita operacional	398.340	366.794
<b>(-) Insumos adquiridos de terceiros</b>	<b>(48.763)</b>	<b>(51.096)</b>
Custos da energia comprada	(983)	(5.112)
Encargos de uso da rede elétrica e encargos de serviços de sistema	(29.134)	(26.515)
Materiais	(592)	(526)
Serviços de terceiros	(14.086)	(13.046)
Outros custos operacionais		
P&D - Pesquisa e Desenvolvimento	(1.432)	(3.296)
Seguros	(829)	(939)
Doações, contribuições e subvenções	(248)	(261)
Tarifas bancárias	(2)	(2)
Diárias com viagens e hotéis	(75)	(109)
Jornais, revistas, livros, etc.	(69)	(60)
Ações judiciais	(1.891)	(7.991)
(-) Diversos	573	6.747
(+) Recuperação de despesas		
<b>Valor adicionado bruto</b>	<b>349.577</b>	<b>315.699</b>
Depreciações e amortizações	(48.790)	(48.608)
Valor adicionado líquido gerado	300.787	267.090
Recitas financeiras	16.421	8.359
<b>Valor adicionado total a distribuir</b>	<b>317.208</b>	<b>275.449</b>
<b>Distribuição do valor adicionado</b>		
Pessoal		
Remuneração direta	3.445	3.006
Benefícios	620	566
FGTS	299	353
Impostos, taxas e contribuições		
Federais	69.641	60.606
Estaduais	26	46
Municipais	11	12
Remuneração de capital de terceiros		
Juros	80.118	92.147
Aluguéis	345	311
Remuneração de capital próprio		
Dividendos propostos	52.000	20.000
<b>Lucros retidos</b>	<b>206.505</b>	<b>177.147</b>
	<b>110.703</b>	<b>98.303</b>
	<b>317.208</b>	<b>275.449</b>

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras

## IFRS 13 - Mensuração ao Valor Justo

Esta norma agrega em um único *standard* a estrutura para mensuração do valor justo, assim como as divulgações necessárias. Aplica-se quando outras IFRS exigem ou permitem a mensuração ao valor justo. Esta norma não introduz quaisquer novas exigências para mensurar um ativo ou um passivo pelo justo valor, e passa a vigorar para os exercícios fiscais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2013, com aplicação antecipada permitida.

## 2.4.1 Reclassificações do exercício de 2010

**2.4.1 Balanço Patrimonial**  
Para melhor apresentação no Ativo o valor R\$ 35.298 referente a Partes Relacionadas foi reclassificada em Concessionárias e no Passivo o valor de R\$ 2.574 referente a Encargos de dívidas foi reclassificada em Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas.

## 2.4.2 Demonstração do Resultado

Para fins de comparabilidade foram feitas as seguintes reclassificações nos valores anteriormente apresentados nas informações contábeis intermediárias de 31 de dezembro de 2010:

	Publicado	Reclassificações	Reclassificado
<b>Recitas</b>	<b>329.570</b>		<b>329.570</b>
<b>Custo do serviço de energia elétrica</b>			
<b>Custo com energia elétrica</b>			
Energia elétrica comprada para revenda	(5.112)		(5.112)
Encargos de uso da rede elétrica	(26.515)		(26.515)
	(31.627)		

## NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

Essas aplicações financeiras referem-se, substancialmente, a certificados de depósitos bancários e fundos de renda fixa, remunerados a taxas que variam entre 100% e 104% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI.

O cálculo do valor justo das aplicações financeiras é baseado nas cotações de mercado do papel ou informações de mercado que possibilitem tal cálculo, levando-se em consideração as taxas futuras de papéis similares.

A exposição da Companhia a riscos de taxas de juros e uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgadas na nota 26.3.

	Saldo líquido em 31/12/2011	Saldo líquido em 31/12/2010
Suprimento de energia elétrica - partes relacionadas	35.468	35.298
Suprimento de energia elétrica - terceiros	11.750	10.431
Energia de curto prazo	875	152
<b>Total</b>	<b>48.093</b>	<b>45.881</b>

Os saldos na data do balanço são compostos por valores a vencer, com vencimentos em até 45 dias, para os quais não são esperadas perdas na sua realização.

**Impostos e contribuições sociais diferidos**

Os créditos fiscais a seguir detalhados, incidentes sobre os valores que constituem as diferenças temporárias, os quais são utilizados para redução de carga tributária futura foram reconhecidos tomando por base o histórico de rentabilidade da Companhia e as expectativas de geração de lucros tributáveis nos próximos períodos, no prazo máximo de 10 anos

	Ativo Não Circulante				Passivo Não Circulante					
	Base de Cálculo	IR	CS	31/12/2011	31/12/2010	Base de Cálculo	IR	CS	31/12/2011	31/12/2010
<b>Natureza dos créditos</b>										
<b>Diferenças temporárias</b>										
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	836	209	75	284						
Provisão para riscos tributários, civis e trabalhistas	580	145	52	197						
<b>Total diferenças temporárias</b>	<b>354</b>	<b>127</b>	<b>481</b>							
<b>Diferenças temporárias - RTT</b>										
Licenças ambientais - CPC 25	991	248	89	337	1.908	477	172	649		
Uso do bem público - CPC 25	209.875	52.468	18.890	71.358	123.703	30.926	11.133	42.059	43.747	
<b>Total diferenças temporárias - RTT</b>	<b>52.716</b>	<b>18.979</b>	<b>71.695</b>	<b>67.551</b>	<b>31.403</b>	<b>11.305</b>	<b>42.708</b>	<b>43.747</b>		
<b>Total Ativos/Passivos Diferidos</b>	<b>53.070</b>	<b>19.106</b>	<b>72.176</b>	<b>67.551</b>	<b>31.403</b>	<b>11.305</b>	<b>42.708</b>	<b>43.747</b>		

A totalização do imposto de renda e contribuição social diferidos foi registrada em contra partida a crédito do resultado do exercício em R\$ 5.664.

Para atendimento à Instrução CVM nº 371/02, a Administração elaborou, em 31 de dezembro de 2011, projeção de resultados tributáveis futuros, inclusive considerando seus descontos a valor presente, demonstrando a capacidade de realização desses créditos fiscais diferidos nos períodos indicados, a qual foi aprovada pelo Conselho de Administração em 24 de fevereiro de 2012. Com base no estudo, a Companhia estima recuperar os créditos fiscais nos seguintes exercícios:

	2012	2013	2014	2015	2016	2017 a 2019	2020 a 2021	Total Não circulante
	3.103	2.766	2.766	2.766	2.766	8.298	49.711	72.176

**Partes relacionadas**

Os saldos de ativos e passivos, bem como as transações da Companhia com sua controladora, profissionais chave da Administração e outras partes relacionadas, que influenciaram o resultado do exercício, relativos às operações com partes relacionadas, decorrem das transações apresentadas como segue:

Concessionárias - Circulante		Data da transação	Período de duração	Ativo		Passivo		Receitas (despesas) no exercício, bruto de PIS e COFINS	
				Preço praticado R\$/MWh em 31/12/2011	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010	2011
Contraparte	Objeto do contrato								
Bandeirante	Venda de energia elétrica	23/12/2002	01/02/2006 a 31/01/2016	173,25	18.707	19.341		156.150	145.228
	Venda de energia elétrica	23/12/2002	01/02/2006 a 31/01/2016	169,30	6.817	6.826		58.689	54.094
Esceisa	Venda de energia elétrica	23/12/2002	23/12/2002 a 31/01/2016	171,39	9.944	9.131		77.273	72.369
				<b>35.468</b>	<b>35.298</b>			<b>292.112</b>	<b>271.691</b>
Partes relacionadas	Não circulante								
Bandeirante	1)	01/01/2007	Indeterminado				162	162	
Bandeirante	2)	01/07/2007	Indeterminado				475	475	
							<b>637</b>	<b>637</b>	
Fornecedores - Circulante									
Energest	Serviços de consultoria ambiental	28/10/1999	28/10/1999 a 17/07/2025				31	30	(373)
Evrecy	Uso do sistema de transmissão	08/04/2011	01/03/2011 a 31/03/2011				1	1	(14)
Enertrade	Energia Comprada para revenda	27/06/2011	01/04/2011 a 31/05/2011						(727)
Furnas	Encargos de uso da rede						545	449	(4.787)
Furnas	Serviço de operação e manutenção da usina						570	1.444	(6.559)
							1.147	1.924	(11.460)
							<b>1.784</b>	<b>2.561</b>	<b>280.652</b>
									<b>259.820</b>

1) Reembolso de gastos transversais referentes ao Projeto Aliança onde ocorreu a unificação da plataforma do sistema compartilhado.

2) Reembolso de gastos transversais sendo substancialmente links de comunicação para acesso a rede compartilhada.

**Partes relacionadas**

**Bandeirante** - Em 23 de dezembro de 2002, a Companhia firmou contrato de compra e venda de energia elétrica com a Bandeirante Energia S.A., para início de suprimento em 1º de fevereiro de 2006 e término em 31 de janeiro de 2016, no montante de 93,4 MW médios em 2006 e 109 MW médios para o período remanescente, ao preço de R\$ 91,12/MWh, com data-base de reajuste em outubro de 2002. O contrato foi aditado em 17 de outubro de 2003, passando o preço para R\$ 107,18/MWh, com data-base em outubro de 2003, e determinando o primeiro reajuste com programação para 23 de outubro de 2005 e, a partir de então, a cada 12 meses, no dia 23 de outubro de cada ano do período de suprimento. O preço vigente em dezembro de 2011 é de R\$ 173,25/MWh. O contrato foi homologado pela ANEEL em 6 de novembro de 2003, através do Ofício nº 1.850/2003-SFF/ANEEL.

**Bandeirante - CEMAT** - Em 23 de dezembro de 2002, a Companhia firmou contrato de compra e venda de energia elétrica com a Centrais Elétricas Matogrossenses S.A. - CEMAT, tendo como interveniente a Bandeirante Energia S.A., para início de suprimento em 1º de fevereiro de 2006 e término em 31 de janeiro de 2016, no montante de 35,1 MW médios em 2006 e 40,65 MW médios para o período remanescente, ao preço de R\$ 79,76/MWh, com data-base de reajuste nos meses de abril. O contrato foi aditado em 17 de outubro de 2003, passando o preço para R\$ 106,49/MWh, com data-base em outubro de 2003, e determinando o primeiro reajuste com programação para 8 de abril de 2005 e, a partir de então, a cada 12 meses, no dia 8 de abril de cada ano do período de suprimento. Em 15 de dezembro de 2003, a CEMAT exerceu sua opção de ceder o contrato à Bandeirante, conforme previsão do Parágrafo Terceiro da Cláusula 21 do referido contrato. O preço vigente em dezembro de 2011 é de R\$ 169,30/MWh. A cessão do contrato foi aprovada pela ANEEL em 25 de maio de 2004, através do Ofício nº 819/2004-SFF/ANEEL.

**Esceisa** - Em 23 de dezembro de 2002, a Companhia firmou contrato de compra e venda de energia elétrica com a Espírito Santo Centrais Elétricas S.A. - ESCELSA, para início de suprimento em 1º de fevereiro de 2006 e término em 31 de janeiro de 2016, no montante de 47,2 MW médios em 2006 e 53,9 MW médios para o período remanescente, ao preço de R\$ 85,67/MWh, com data-base de reajuste em agosto de 2002. O contrato foi aditado em 19 de fevereiro de 2003, passando o preço para R\$ 83,73/MWh, sendo novamente aditado em 17 de outubro de 2003, passando o preço para R\$ 107,18/MWh, com data-base em outubro de 2003, e determinando o primeiro reajuste com programação para 7 de agosto de 2005 e, a partir de então, a cada 12 meses, no dia 7 de agosto de cada ano do período de suprimento. O preço vigente em dezembro de 2011 é de R\$ 171,39/MWh. O contrato foi homologado pela ANEEL em 6 de novembro de 2003, através do Ofício nº 1.848/2003-SFF/ANEEL.

As condições contratuais acima descritas não foram modificadas.

Os valores com a coligada EVRECY referem-se a operações de encargos de uso da rede elétrica, com a coligada Enertrade referem-se a compra de energia para complemento ao suprimento físico contratado pelas concessionárias distribuidoras, quando necessário, com a coligada Energest aos serviços de consultoria ambiental e com a coligada Bandeirante ao ressarcimento de gastos com a implantação do sistema de gestão.

**Furnas** - Os valores referem-se, basicamente, a encargos de uso da rede, a serviço de operação e manutenção da usina. O contrato de prestação dos serviços de operação e manutenção da UHE Peixe Angical, subestação associada e linhas de transmissão, serviços de hidrologia, de planejamento energético de médio e curto prazos, de auscultação da barragem e serviços de engenharia de manutenção e de operação do sistema elétrico em conformidade com o Manual de Operação e Plano de Manutenção, que possibilitem o cumprimento do contrato de concessão, os acordos operativos, bem como os contratos de venda de energia. O prazo do contrato teve início a partir de 11 de julho de 2006 e término em 30 de abril de 2012.

**EDP - Electricidade de Portugal S.A.** - Carta de fiança onde constitui-se fiadora e principal pagadora pelo pontual cumprimento de todas e quaisquer obrigações do contrato de financiamento junto ao BNDES, conforme descrito na nota 15.

**Remuneração dos administradores**

**8.1 Política ou prática de remuneração do Conselho de Administração e Diretoria.** Proporcão de cada elemento na remuneração total, referente ao exercício de 2011.

**Conselho de Administração**

Remuneração Fixa: 100%

**Diretoria**

Remuneração Fixa: 100%

**8.1.1 Remuneração do Conselho de Administração e Diretoria pagos pela Companhia no exercício de 2011:**

2011	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Total
Número de membros	5	1	6
Remuneração fixa anual (em R\$)	81.600	890.050	971.650
Salário ou pró-labore	81.600	890.050	971.650
<b>Valor Total da remuneração, por órgão</b>	<b>81.600</b>	<b>890.050</b>	<b>971.650</b>

**Obs:** A partir de junho/2011 não houve nova nomeação para o cargo de Diretor de Operação.

**8.1.2 Remuneração Média do Conselho de Administração e Diretoria relativa ao exercício de 2011:**

2011	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Número de membros	5	1
Valor da maior remuneração individual (em R\$)	3.400	35.700
Valor da menor remuneração individual (em R\$)	3.400	26.250
Valor médio de remuneração individual (em R\$)	3.400	30.975

**Obs:** Dos 5 Conselheiros de administração da Enepeixe, 2 são remunerados.

Foi aprovada em Assembleia Geral Extraordinária e Ordinária, realizada em 07 de abril de 2011, remuneração anual e global dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria de até R\$ 1.995, para o período de abril de 2011 a março de 2012.

**9. Cauções e depósitos vinculados**

	31/12/2011	31/12/2010
Depósitos judiciais	53	35
Cauções e depósitos vinculados	45.216	58.159
<b>Total</b>	<b>45.269</b>	<b>58.194</b>

O saldo da conta de cauções e depósitos vinculados refere-se, basicamente, a parte das aplicações financeiras da Companhia, R\$ 43.862 (2010 - R\$ 47.575), mantidas em conta de reserva, em cumprimento aos contratos de financiamento firmados em 21 de maio de 2004 com o BNDES e consórcio de bancos, constituída como parte das garantias desses contratos conforme especificado no item (iv) da nota 15 e das operações de energia de curto prazo na CCEE. O saldo da conta de cauções e depósitos vinculados refere-se ao valor de 3 (três) próximas parcelas vincendas de amortização juros e encargos, bem como de 3 (três) parcelas do contrato de Operação e Manutenção.

**10. Outros créditos - Ativo e Outras contas a pagar - Passivo**

	31/12/2011	31/12/2010
<b>Outros créditos - Ativo</b>		
Adiantamentos a empregados	4	4
Adiantamentos a fornecedores	91	66
Estoques	518	462
Serviços em curso	5.207	2.765
Outros	2	2
<b>Total</b>	<b>5.820</b>	<b>3.299</b>
<b>Outras contas a pagar - Passivo</b>		
Folha de pagamento	48	48
<b>Total</b>	<b>48</b>	<b>48</b>

	31/12/2011	31/12/2010
<b>Imobilizado</b>		
Taxa anual média de depreciação %		
Custo histórico		
Depreciação acumulada		
Valor líquido		
Valor líquido		

	31/12/2011	31/12/2010
<b>Geração</b>		
Terenos	13.023	13.023
Reservatórios, barragens e adutoras	2,00%	856.247
Edificações, obras civis e benfeitorias	2,12%	259.841
Máquinas e equipamentos	2,99%	744.546
Veículos	19,29%	1.476
Móveis e utensílios	9,86%	838
<b>Total</b>	<b>1.875.971</b>	<b>(237.279) 1.638.692</b>
<b>Administração</b>		
Máquinas e equipamentos	6,70%	9
Veículos	20,00%	136
Móveis e utensílios	9,95%	359
<b>Total</b>	<b>504</b>	<b>(190) 314</b>

**Total do imobilizado em serviço** 1.876.475 (237.469) 1.639.006 1.681.499

**Geração** 24.801 24.801 21.914

**Total do imobilizado em curso** 24.801 24.801 21.914

**Total imobilizado** 1.901.276 (237.469) 1.663.807 1.703.413

**5. Impostos e contribuições sociais**

	31/12/2011	31/12/2010
<b>Ativo - compensáveis</b>		
Imposto de renda e contribuição social	2.460	38
<b>Total</b>	<b>2.460</b>	<b>38</b>
<b>Passivo - a recolher</b>		
Imposto de renda e contribuição social	11.738	10.733
PIS e COFINS	2.879	2.813
ISS	27	23
PIS, COFINS e CS - Sobre serviços prestados por terceiros	203	183
IRRF sobre juros s/capital próprio	7.800	3.000
Outros	117	86
<b>Total</b>	<b>22.764</b>	<b>16.838</b>

**5.1 IRRF - Juros sobre capital próprio**

Refere-se ao imposto de renda retido na fonte, a alíquota de 15%, incidente sobre os valores propostos aos acionistas a título de Juros sobre o Capital Próprio, conforme legislação (Nota 20.2). No exercício de 2011 foi retido o montante de R\$ 7.800.

**12. Intangível**

	Taxa anual média de amortização %	Custo histórico	31/12/2011	Valor acumulado	31/12/2010
Intangível em serviço					
Geração					
Software	19%	1.275	(584)	691	933
Servidão permanente		268		268	268
Direito de concessão - Licenças ambientais	3%	2.747	(839)	1.908	2.365
Direito de concessão - Utilização do Bem Público - UBP	1%	151.423	(27.720)	123.703	128.668
Administração					
Software	20%	198	(189)	9	46
<b>Total do intangível em serviço</b>		<b>155.911</b>	<b>(29.332)</b>	<b>126.579</b>	<b>132.280</b>
<b>Geração</b>		<b>34</b>		<b>34</b>	
<b>Total do intangível em curso</b>		<b>34</b>		<b>34</b>	
Obrigações vinculadas à concessão - P&D		(681)	147	(534)	(670)
<b>Total imobilizado intangível</b>		<b>155.264</b>	<b>(29.185)</b>	<b>126.079</b>	<b>131.610</b>

A movimentação do imobilizado no exercício é a seguinte:

	Valor líquido 31/12/2010	Ingressos	Transferência para imobilizado em serviço	Depreciação	Valor líquido 31/12/2011
Imobilizado em serviço					
Terenos	13.023				13.023
Reservatórios, barragens e adutoras	781.939	2.339	(17.105)	767.173	
Edificações, obras civis e benfeitorias	235.702	47	(5.515)	230.234	
Máquinas e equipamentos	649.415	78	(22.273)	627.200	
Veículos	662	104	(300)	466	
Móveis e utensílios	758	238	(106)	890	
<b>Total do imobilizado em serviço</b>	<b>1.681.499</b>	<b>2.806</b>	<b>(45.299)</b>	<b>1.639.006</b>	
<b>Total do imobilizado em curso</b>	<b>21.914</b>	<b>5.693</b>	<b>(2.806)</b>	<b>24.801</b>	
<b>Total do imobilizado - tangível</b>	<b>1.703.413</b>	<b>5.693</b>	<b>(45.299)</b>	<b>1.663.807</b>	

## NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

	2011		2010			
	Despesas operacionais					
	Custo do serviço	De	Gerais e adminis- trativas	Outras	Total	Total
Não gerenciáveis						
Contratos bilaterais	983				983	5.112
Encargo de uso e conexão	29.134				29.134	26.515
Taxa de fiscalização			932		932	878
Compensações financeiras			12.563		12.563	11.338
	30.117		13.495		43.612	43.843
Gerenciáveis						
Pessoal, Administradores e Entidade de previdência privada	1.591	3.621			5.212	4.937
Material	383	210			593	526
Serviços de terceiros	11.512	2.574			14.086	13.045
Depreciação e Amortização	48.560	230			48.790	48.608
Provisão p/cred. liq. duvidosas/perdas líquidas						836
Provisões para contingências	580				580	
Aluguéis e arrendamentos	81	264			345	311
Ganhos e perdas na desativação e alienação de bens			10		10	27
Outras	1.269	586			1.855	2.026
	63.976	7.485	10		71.471	70.316
<b>Total</b>	<b>30.117</b>	<b>63.976</b>	<b>7.485</b>	<b>13.505</b>	<b>115.083</b>	<b>114.159</b>

	2011		2010	
	Reclassificado			
Renda de aplicações financeiras			16.079	8.061
SELIC sobre tributos e contribuições sociais compensáveis			231	216
Outras receitas financeiras			111	82
			16.421	8.359
Encargos de dívidas			(53.087)	(64.657)
Variações monetárias licença de operação			(153)	(256)
Atualizações monetárias uso do bem público			(27.730)	(31.171)
Ajuste a valor presente uso do bem público			1.719	4.469
Outras despesas financeiras			(1.004)	(616)
			(80.255)	(92.231)
			(63.834)	(83.872)
<b>Total</b>				

	Imposto de Renda		Contribuição Social	
	2011	2010	2011	2010
Lucro antes do IRPJ e CSLL	178.997	131.539	178.997	131.539
Alíquota	25%	25%	9%	9%
IRPJ e CSLL	(44.749)	(32.885)	(16.110)	(11.839)
Doações	(36)	(65)	(13)	(24)
Despesas indedutíveis	(2)	(6)	(1)	(2)
Pesquisa e desenvolvimento		321		116
Provisão para devedores duvidosos		(209)		(75)
Juros sobre o capital próprio	13.000	5.000	4.680	1.800
Outras	(74)	7	(62)	2
Adicional IR	24	24		
Lei Rouanet		120		
ADA	27.049	24.478		
Despesa de IRPJ e CSLL	(4.788)	(3.215)	(11.506)	(10.022)
Alíquota efetiva	17,79%	21,05%	6,43%	7,62%

**26. Instrumentos financeiros**  
Em atendimento ao Ofício-Circular/CVM/SNC/SEP nº 3/2009 de 19 de novembro de 2009, Ofício-Circular/CVM/SNC/SEP nº 2/2011 de 4 de março de 2011 e a Instrução CVM nº 475 de 17 de dezembro de 2008, a Companhia efetuou avaliação de seus instrumentos financeiros, inclusive os derivativos, quando aplicável.

**26.1 Considerações gerais**  
A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A Administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, segurança e rentabilidade. Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Companhia. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo em derivativos ou qualquer outros ativos de risco. Os resultados obtidos com as operações de instrumentos financeiros não derivativos estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Companhia. A administração dos riscos associados a estas operações é realizada através da aplicação de políticas e estratégias definidas pela Administração e incluem o monitoramento dos níveis de exposição de cada risco de mercado, previsão de fluxos de caixa futuros e estabelecimento de limites de exposição. Essa política determina também que a atualização das informações em sistemas operacionais, assim como a confirmação e operacionalização das transações junto as contrapartes, sejam feitas com a devida segregação de funções.

**26.2 Valor justo**  
Valor justo é o montante pelo qual um ativo poderia ser trocado, ou um passivo liquidado, entre partes com conhecimento do negócio e interesse em realizá-lo, em uma transação em que não há favorecidos. O conceito de valor justo trata de inúmeras variações sobre métricas utilizadas com o objetivo de mensurar um montante em valor confiável, para isso, alguns modelos matemáticos foram desenvolvidos. Para a apuração de valor justo a Companhia projeta os fluxos dos instrumentos financeiros até o término das operações seguindo as regras contratuais e utilizamos como taxa de desconto o DI futuro divulgado pela BM&FBOvespa. Algumas rubricas apresentam saldo contábil equivalente ao valor justo, esta situação acontece em função desses instrumentos financeiros possuírem características substancialmente similares aos que seriam obtidos se fossem negociados no mercado.

As operações com instrumentos financeiros estão apresentadas em no balanço pelo valor contábil que equivale ao seu valor justo nas rubricas de caixa e equivalentes de caixa, concessionárias, partes relacionadas, cauções e depósitos vinculados, fornecedores, empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas.

	Valor justo		Valor contábil	
	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
<b>Ativos financeiros Circulante</b>				
Caixa e equivalentes de caixa	155.114	70.294	155.114	70.294
Concessionárias	48.093	45.881	48.093	45.881
Cauções e depósitos vinculados	45.216	58.159	45.216	58.159
<b>Passivos financeiros Circulante</b>				
Fornecedores	3.918	4.826	3.918	4.826
Partes relacionadas	1.147	1.924	1.147	1.924
Emprést. e financ. e encargos de dívidas	115.922	116.428	115.922	116.428
Uso do bem público	16.550	16.070	16.550	16.070
<b>Não circulante</b>				
Emprést. e financ. e encargos de dívidas	351.048	464.902	351.048	464.902
Partes relacionadas	637	637	637	637
Uso do bem público	193.325	182.609	193.325	182.609
	930.970	961.730	930.970	961.730

De acordo com as características similares e a partir do conhecimento sobre os instrumentos financeiros operados pela Companhia, tornou-se possível a classificação conforme exigido nos pronunciamentos, onde para instrumentos financeiros ativos têm empréstimos e recebíveis, ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado, mantidos até o vencimento e disponíveis para venda e para instrumentos financeiros passivos têm passivos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado, outros passivos financeiros ao custo amortizado e instrumentos financeiros derivativos quando aplicável. Empréstimos e financiamentos em moeda nacional junto ao BNDES são classificados como passivos financeiros não mensurados a valor justo e estão contabilizados pelo custo amortizado e correspondem à empréstimos com finalidades específicas para financiamento de investimento em infraestrutura de geração de energia elétrica.

## CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Luiz Otávio Assis Henriques Presidente	Alvaro Jorge Guerreiro de Sousa Conselheiro	Carlos Emanuel Baptista Andrade Conselheiro	Carlos Nadalutti Filho Conselheiro	Luiz Henrique Hamann Conselheiro
---	--	--	---------------------------------------	-------------------------------------

## DIRETORIA

Julio Galvão de Araujo Junior Diretor Presidente e Diretor Administrativo e Financeiro	Julio Galvão de Araujo Junior Respondendo pela Diretoria de Operação	Césare Barghetti Junior Gerente Administrativo e Financeiro	Francisco José Magdalena Especialista Administrativo Financeiro Contador - CRC 1SP259218/O-4
--	--	---	--

## RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

**Opinião**  
Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Enepeixe S.A. em 31 de dezembro de 2011, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board - IASB*.

	31/12/2011		Mantidos até o vencimento	31/12/2010		Mantidos até o vencimento	Total
	Empréstimos e recebíveis	Valor justo através do resultado		Empréstimos e recebíveis	Valor justo através do resultado		
Caixa e equivalentes de caixa		155.114			155.114		155.114
Concessionárias	48.093				48.093	45.881	48.881
Cauções e depósitos vinculados			45.216	45.216			58.159
	48.093	155.114	45.216	248.423	45.881	70.294	58.159

	31/12/2011		31/12/2010	
	Outros ao custo amortizado	Total	Outros ao custo amortizado	Total
<b>Passivos financeiros</b>				
Fornecedores	3.918	3.918	4.826	4.826
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	466.970	466.970	581.330	581.330
Encargos regulamentares e setoriais			9.672	9.672
Partes relacionadas	1.147	1.147	2.561	2.561
Uso do bem público	209.875	209.875	198.679	198.679
	681.910	681.910	797.068	797.068

A hierarquização dos instrumentos financeiros através do valor justo regula a necessidade de informações mais consistentes e atualizadas com o contexto externo à Companhia. São exigidos como forma de mensuração para o valor justo dos instrumentos da Companhia:  
(a) Nível 1 - preços negociados em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos;  
(b) Nível 2 - diferente dos preços negociados em mercados ativos incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente ou indiretamente;  
(c) Nível 3 - para o ativo ou passivo que não são baseados em variáveis observáveis no mercado. A metodologia aplicada na segregação por níveis para o valor justo dos instrumentos financeiros da Companhia foi baseada em uma análise individual buscando no mercado operações similares as contratadas e observadas, os créditos para a comparabilidade foram estruturados levando em consideração prazos, valores, carência, indexadores e mercados atuantes. Quanto mais simples e fácil o acesso à informação comparativa mais ativo o mercado, quanto mais restrita a informação, mais restrito é o mercado para a mensuração do instrumento.

	Mensuração do valor justo		
	Mercados idênticos	Mercados similares	
	31/12/2011	Nível 1	Nível 2
<b>Ativos financeiros Circulante</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	155.114	1.646	153.468

	31/12/2011		Risco
	Ativos financeiros	Passivos financeiros	
Aplicações financeiras			CDI
Cauções e depósitos vinculados			CDI
<b>Instrumentos financeiros ativos</b>			
<b>Passivos financeiros</b>			
Empréstimos e financiamentos - BNDES			TJLP
<b>Instrumentos financeiros passivos</b>			
<b>Valor de referência</b>			
CDI - 10,0%			
TJLP - 6,0%			

**26.4 Risco de liquidez**  
O risco de liquidez evidencia a capacidade da Companhia em liquidar as obrigações assumidas. Para determinar a capacidade financeira da Companhia em cumprir adequadamente os compromissos assumidos os fluxos de vencimentos dos recursos captados e de outras obrigações fazem parte das divulgações. Informações com maior detalhamento sobre os empréstimos captados pela Companhia são apresentados na nota 14.  
A Administração da Companhia somente utiliza linhas de créditos que possibilitem sua alavancagem operacional, essa premissa é afirmada quando observamos as características das captações efetivadas.  
*Covenants* são indicadores econômico-financeiros de controle da saúde financeira da Companhia exigidos nos contratos de ingresso de recursos. O não cumprimento dos *covenants* impostos nos contratos de empréstimos e financiamentos pode acarretar em um desembolso imediato ou vencimento antecipado de uma obrigação com fluxo e periodicidade definidos. A relação dos *covenants* por contrato aparecem descritos individualmente na nota 14. Até 31 de dezembro de 2011 todos os *covenants* das obrigações contratadas foram atendidos em sua plenitude.

**26.5 Risco de crédito**  
O risco de crédito compreende a possibilidade da Companhia não realizar seus direitos, essa descrição está diretamente relacionada as rubricas de caixa e equivalentes de caixa, concessionárias, cauções e depósitos vinculados, entre outros.  
No setor de energia elétrica as operações realizadas estão direcionadas ao regulador que mantém informações ativas sobre as posições de energia produzida e consumida. A partir dessa estrutura planejamentos são produzidos buscando o funcionamento do sistema sem interferências ou interrupções. As comercializações são geradas a partir de leilões, contratos, entre outros, esse mecanismo agrega confiabilidade e controla a inadimplência entre participantes setoriais. Outra importante fonte de risco de crédito é associada a aplicações financeiras. A administração desses ativos financeiros é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, segurança e rentabilidade.  
Estratégias específicas de mitigação de riscos financeiros em atendimento a Política de Gestão de Riscos Financeiros do Grupo EDP Energias do Brasil, são realizadas periodicamente baseadas nas informações extraídas dos relatórios de riscos. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado através de sistemas operacionais integrados a plataforma SAP. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração.  
Para os ativos financeiros resultantes de aplicações financeiras, a Companhia somente realiza operações com instituições financeiras classificadas com baixo risco avaliadas por agências de *rating*, com a finalidade de garantir uma rentabilidade maior com uma segurança agregada aos resultados.  
A Administração entende que as operações de aplicações financeiras contratadas não expõem a Companhia a riscos significativos que futuramente possam gerar prejuízos materiais.

**27. Seguros**  
A Companhia mantém contratos de seguros com coberturas determinadas por orientação de especialistas, considerando a natureza e o grau de risco, por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais perdas significativas sobre seus ativos e responsabilidades. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações financeiras, consequentemente, não foram analisadas pelos auditores independentes.  
Os principais valores em risco com coberturas de seguros são R\$ 200.000 para danos materiais e R\$ 10.000 para responsabilidade civil.  
A Companhia possui um seguro para danos materiais de até R\$ 200.000, com os seguintes sublimites: quebra de máquina - R\$ 100.000; despesas extraordinárias - R\$ 10.000; honorário de perito - R\$ 1.000; despesas de agilização - R\$ 2.000; pequenas obras de engenharia - R\$ 10.000; erros e omissões - R\$ 2.000; demolição e aumento do custo de construção - R\$ 5.000; inclusões/exclusões de bens - R\$ 2.000; recomposição de registros - R\$ 500; despesas de salvamento e contenção de sinistros - R\$ 1.000.

**28. Meio ambiente**  
A Companhia segue a abrangente legislação ambiental brasileira nas esferas federal, estadual e municipal. Além do cumprimento desta legislação, que é fiscalizado por órgãos e agências governamentais, a Companhia investe em ações sócio ambientais focadas no desenvolvimento sustentável.  
Os gastos de natureza ambiental acumulados até 31 de dezembro de 2011 foram de R\$ 7.156, sendo R\$ 6.317 capitalizados no período, relativos à terrenos e serviço de apoio e desenvolvimento

**26.3 Risco de mercado**  
O risco de mercado é apresentado como a possibilidade de perdas monetárias em função das oscilações de variáveis que tenham impacto em preços e taxas negociadas no mercado. Essas flutuações geram impacto a praticamente todos os setores e portanto representam fatores de riscos financeiros.

Os empréstimos e financiamentos e encargos de dívidas captados pela Companhia apresentados na nota 14, possuem como contraparte o BNDES e Agentes Financeiros (Banco do Brasil S/A, Banco Itaú S/A, Banco Bradesco S/A e Unibanco S/A). As regras contratuais para os passivos financeiros adquiridos pela Companhia criam fundamentalmente riscos atrelados a essas exposições, em 31 de dezembro de 2011 a Companhia possui um risco de mercado associado somente a TJLP.  
Como riscos de mercado associados a taxas de juros, atribuímos a TJLP a consideração de que a economia brasileira apresenta um panorama favorável ao crescimento com solidez e investimentos voltados para a infraestrutura. A inflação sob controle e a oferta de crédito são fatores de primeira importância na captação com baixo risco de recursos atrelado a esse indexador. Deve-se considerar que o aumento da inflação e a crescente taxa SELIC, são indicadores de um custo maior na realização dessas operações.  
Considerando que a taxa de mercado (ou custo de oportunidade do capital) é definida por agentes externos, levando em conta o prêmio de risco compatível com as atividades do setor e que, na impossibilidade de buscar outras alternativas ou diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias para suas estimativas, face aos negócios da empresa e às peculiaridades setoriais, o valor de mercado desta parcela de empréstimos aproxima-se ao seu valor contábil, assim como os demais ativos e passivos financeiros avaliados.

**26.3.1 Análise de sensibilidade**  
Nos quadros a seguir foram considerados cenários de taxas e moedas estrangeiras, com os respectivos impactos nos resultados da Companhia, com as exposições aplicáveis de flutuação no câmbio de moedas estrangeiras, de taxas de juros e outros indexadores, até as datas de vencimento dessas transações, com o cenário provável adotado pela Companhia, baseado fundamentalmente em premissas macroeconômicas obtidas do relatório Focus do Banco Central, os cenários II e III com 25% e 50% de aumento do risco e, respectivamente os cenários IV e V com 25% e 50% de redução, respectivamente.  
Essas análises de sensibilidade foram preparadas de acordo com a Instrução CVM nº 475/2008, tendo como objetivo mensurar o impacto às mudanças nas variáveis de mercado sobre cada instrumento financeiro da Companhia. Não obstante, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade contida no processo utilizado na preparação dessas análises. As informações demonstradas no quadro, mensuram contextualmente o impacto no resultado da Companhia em função da variação de cada risco destacado.

	Aging cenário provável		Cenário (I)	Cenário (II)	Cenário (III)	Cenário (IV)	Cenário (V)
	Até 1 ano	2 a 5 anos					
			Provável	Aumento do risco em 25%	Aumento do risco em 50%	Redução do risco em 25%	Redução do risco em 50%
CDI	8.066		8.066	9.967	11.826	6.120	4.129
CDI	4.702	18.185	22.887	28.282	33.559	17.367	11.717
			30.953	38.249	45.385	23.487	15.847
TJLP	24.502	32.851	57.353	71.226	84.923	43.299	29.059
			57.353	71.226	84.923	43.299	29.059
				10,00%	12,50%	15,00%	7,50%
				6,00%	7,50%	9,00%	4,50%
							3,00%

social, e R\$ 839 em contrapartida do resultado do período relativo ao Programa de Monitoramento e Controle Ambiental e proteção de biodiversidade e da paisagem.

## 29. Compromissos contratuais e garantias

**29.1 Compromissos contratuais**  
Em 31 de dezembro de 2011, os compromissos por dívidas financeiras de curto e longo prazo e outros passivos de longo prazo (que figuram nas demonstrações financeiras) e o restante das obrigações de compras e as responsabilidades de locações operacionais (que não figuram nas demonstrações financeiras), são apresentadas por maturidade de vencimento, como segue:

	31/12/2011					
	Nota	Total Geral	Até 1 ano	Entre 1 a 3 anos	Entre 3 a 5 anos	Acima de 5 anos
Dívidas financeiras de curto e longo prazo inclui juros vencidos	14	466.970	115.922	341.559	9.489	
Uso do bem público	16	209.875	16.550	41.325	34.958	117.042
Obrigações de compra		159.040	43.406	58.763	34.050	22.821
Licenças ambientais	18.2	991	529	462		
		836.876	176.407	442.109	78.497	139.863

As obrigações de compra incluem essencialmente responsabilidades relacionadas com contratos de longo prazo relativos ao fornecimento de produtos e serviços no âmbito da atividade operacional da Companhia.

## 29.2 Garantias

	31/12/2011		31/12/2010	
	Valor	Valor	Valor	Valor
Tipo de garantia oferecida				
Depósito caucionado	45.216	58.159		
Fiança bancária	6.085	5.116		
Fiança corporativa	466.970	581.330		
Penhor de direitos	466.970	581.330		
Penhor de ações	529.577	529.577		
	1.514.818	1.755.512		